

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES) DEPARTAMENTO DE GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E PLANEJAMENTO (DEGEP) DIVISÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS (DICOL)	
	COMISSÃO DE GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E PLANEJAMENTO (COGEP)	ATA DE REUNIÃO Nº 01/2022
Data: 15.03.2022	Horário: 15h	Local: Reunião Híbrida (Sala de reuniões da DICOL /Microsoft Teams)

Estiveram presentes na reunião, realizada de forma Híbrida na Sala de Reuniões da DICOL e através do Microsoft *Teams*, os seguintes participantes:

Presencialmente:

- Desembargador **CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA**, Presidente da Comissão;
- Desembargador **PETERSON BARROSO SIMÃO**;
- Senhora **ALESSANDRA FABRÍCIO ANÁTOCLES DA SILVA FERREIRA**, Diretora-Geral da DGJUR;
- Senhora **MICHELE VIEIRA DE OLIVEIRA**, Diretora do DEGEP;
- Senhora **IARA SILVA FRAGUAS SYM**, Diretora da DIPEP;
- Senhor **ALEXANDRE CORRÊA CARVALHO**, Diretor do DECIG;
- Senhora **ANGÉLICA PETRUCCI**, representante da DGJUR;
- Senhor **MARCELO JORGE GONÇALVES DA CUNHA**, representante da DGPCF

Virtualmente:

- Senhora **VIRNA PERY AMORIM**, Diretora-Geral da DGTEC;
- Senhor **JOÃO CARLOS SANTOS CRUZ**, representante da DGCOM;

O **Desembargador CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA, Presidente da COGEP**, inicia a reunião às 15h20min agradecendo a presença de todos.

Salienta que a Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro desempenha um papel fundamental na governança e planejamento das ações do TJERJ.

Pede que conste em ata todos os membros da Comissão presentes e ausentes nesta reunião, indicando a sua presença enquanto **Presidente** e do **Desembargador Peterson Barroso Simão**.

Menciona a presença: da **Senhora Alessandra Anátocles**, Diretora-Geral da DGJUR; do **Senhor Marcelo Jorge Gonçalves da Cunha**, representando o **Senhor Cláudio Torres**, Diretor-Geral da DGPCF; do **Senhor João Carlos Santos da Cruz**, representante da DGCOM; da **Senhora Virna Amorim** Diretora-Geral da DGTEC e da **Senhora Michele Vieira**, Diretora do DEGEP.

Destaca a ausência do Desembargador **Antônio Iloizio Barros Bastos**, justificada pela participação em sessão presencial de julgamento da 4ª Câmara Cível, além dos Juízes Auxiliares

da Presidência, **Doutor Rafael Estrela Nóbrega**, **Dr. Pedro Antônio de Oliveira Júnior** e **Dra. Daniela Bandeira**, convocados para uma reunião com o presidente da Corte. Ausentes, também, a Juíza Auxiliar da Corregedoria, **Dra. Fernanda Xavier de Brito**, que questões afetas a problemas envolvendo servidores e o **Senhor Ivan Lindenberg Júnior**, representante da DGTEC, que está em Brasília.

Os demais membros, **Dr. Wilson Marcelo Kozlowski**, representante da AMAERJ, e o **Senhor Alzimar Andrade Silva**, representante do SINDJUSTIÇA-RJ, se ausentaram sem justificativa, até o momento.

Enfatiza que essa preliminar se faz necessária porque é de grande importância a participação de todos os membros nas reuniões da COGEP em função da relevância dos temas que são debatidos. Complementando, afirma que as reuniões desta Comissão somam pontos imprescindíveis para o Selo CNJ de Qualidade, sendo certo que o TJERJ almeja conquistar o Selo Diamante.

Conclui que a presente reunião será realizada por ter sido alcançado o quórum mínimo e solicita que cópia desta ata seja encaminhada a todos os órgãos que têm representantes compondo este Colegiado, com o intuito de despertar em todos sobre a importância da participação nestas reuniões. (Deliberação 01)

Dando continuidade, passa à análise do primeiro item da pauta:

1- Cumprimento das Deliberações (RAE nº 02/2021 – 26/08/2021);

A **Diretora do DEGEP Michele Vieira** discorre sobre as deliberações da RAE, destacando a deliberação da Ata nº 02/2021 “consultar a empresa Pólis, desenvolvedora do GRP, para avaliar a possibilidade de alteração da metodologia no sistema, permitindo o cômputo parcial, conforme solicitado pelo DEENG”, que perdeu seu objeto, uma vez que qualquer alteração no Sistema GRP modificaria toda a metodologia utilizada pelo TJRJ para atender a especificidade de apenas uma unidade; optando-se, assim, por manter a metodologia atual.

No que tange ao Indicador Estratégico “Índice de Clima Organizacional”, deliberação da ata nº 03/2019, esclarece que a DGPES identificou que não era o momento para a realização de pesquisa com esta finalidade, devido à pandemia. Além disso, a CGJ está realizando uma pesquisa de Clima Organizacional que, em princípio, cumpriria a presente deliberação.

Afirma que, para utilizar os resultados obtidos pela pesquisa realizada pela CGJ, é necessário consultar o **Senhor Gabriel Albuquerque Pinto**, Diretor-Geral da DGPES e sugere consultar a Corregedoria para verificar a possibilidade de utilização dos resultados obtidos na referida pesquisa, para o cumprimento da deliberação nº 03/2019. (Deliberação 02)

2- Planejamento Estratégico

2.1 – Projetos Estratégicos

2.1.1- Resultados:

A **Senhora Michele Vieira** apresenta o gráfico da implementação dos Projetos Estratégicos até janeiro de 2022. Destaca que o projeto 8 “Aprimorar a segurança nas instalações físicas do PJERJ com a implementação do sistema de Controle de Acesso”, e o

projeto 27, “Normatização do Programa de Qualidade de Auditoria do Núcleo de Auditoria Interna”, foram 100% cumpridos.

Relata que os Projetos Estratégicos 10 “Avaliação e Descarte de Processos dos Juizados Especiais Cíveis e Executivos Fiscais”; 24 “Mediação e Conciliação Extrajudicial”; 25 “Modernização da Gestão Fiscal”; e o 32 “Programa de Integridade da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro”, estão em andamento, ainda no prazo. Os demais, com atraso.

Informa que o Presidente do TJRJ, **Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira**, tem sido informado, mensalmente, através de relatórios, sobre a situação dos projetos estratégicos, visto que, apenas 30,33% de todas as ações dos referidos projetos foram implementadas e, considerando a fase de lançamento do GRP, acredita que podem ocorrer alterações nas medições de março. Afirma que muitos desses Projetos estão ligados à questão do Selo de Qualidade do CNJ ou impactam em metas e que tal situação é preocupante.

O **Desembargador Carlos Santos de Oliveira** questiona qual a situação dos Projetos Estratégicos nº 01 “Ações Integradas de Saúde”, e nº 13 “Digitalização de Processos Físicos”, indicados no gráfico com menor percentual de implementação.

A **Diretora da DGJUR Alessandra Anátocles** participa que a administração das ações para a realização do Projeto Estratégico nº 13 “Digitalização de processos físicos”, está, aos poucos, sendo transferida para a sua Diretoria. Explica que o Presidente do TJRJ, **Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira**, anseia que todos os processos físicos sejam digitalizados até o final de sua gestão.

Elucida que, para o seu cumprimento, o processo passa por duas etapas: digitalizar e indexar as peças processuais. Como a capacidade de digitalização é muito maior que a da indexação, criou-se um gargalo nesta segunda etapa. Buscando uma maior efetividade e fluência neste procedimento, estão reconfigurando toda a metodologia de trabalho e, hoje, já contam com uma estrutura maior junto à Primeira e Segunda Vice-Presidências, composta por 400 servidores que integram o grupo do GEAP-c criado com escopo voltado para a indexação.

Complementando, a **Senhora Michele Vieira** destaca a importância deste Projeto Estratégico para pontuar no Selo CNJ de Qualidade, uma vez que o número de processos eletrônicos em tramitação no TJRJ é um dos quesitos avaliados.

O **Presidente da COGEP** indaga se todos os processos físicos na Comarca da Capital já foram digitalizados e se, no interior, estão digitalizando seu acervo físico. Solicita que seja apresentado um relatório indicando o percentual de processos físicos digitalizados por Comarca e competências, para análise da Comissão.

A **Senhora Virna Amorim**, informa que todos os processos físicos das Varas Cíveis e de Fazenda Pública da Capital já foram digitalizados, podendo ter algum residual, e se compromete a preparar o referido relatório e encaminhar para a Senhora Alessandra Anátocles da DGJUR. (Deliberação 03)

Em relação ao projeto nº 01, a **Senhora Michele Vieira** explana que é um Projeto Estratégico da DGPES que ficou muito prejudicado por conta da pandemia. Informa que essas ações também são importantes para o Selo CNJ de Qualidade porque, salvo engano, compõem o Indicador de Desenvolvimento Sustentável (IDS). Complementando, informa que verificará com o Diretor-Geral da DGPES em que fase se encontra o projeto, mas adverte que o TJRJ está priorizando a contratação do novo Plano de Saúde para seus servidores, o que pode causar um impacto ainda maior no desenvolvimento do projeto.

Ato contínuo, o **Desembargador Carlos Santos de Oliveira** questiona sobre o Justiça 4.0 e a **Diretora do DEGEP** explica que também é um Projeto Estratégico, específico da DGTEC, com muitas questões que deverão ser implementadas neste ano, como a criação de mais núcleos Justiça 4.0 e o CODEX, novo sistema de extração de dados.

Finalizando, o **Presidente da Comissão** sugere que, na próxima reunião, sejam apresentados relatórios completos e atualizados, com amostragem de como está o cenário sobre os projetos estratégicos prioritários nº 01, nº 13 e nº 23 para uma melhor análise do Colegiado. (Deliberação 4)

Dando continuidade, a **Diretora do DEGEP** apresenta um gráfico com a situação global dos Projetos até Janeiro de 2022 e reforça a possibilidade de alterações nos índices, com a implementação do Sistema GRP.

O **Presidente da Comissão** indaga sobre quais as consequências/benefícios de repassar estes Projetos para o GRP.

A **Diretora do DEGEP** esclarece que, com a implementação do GRP, haverá uma consequência direta na DGPCF, pois permitirá um maior acompanhamento dos custos do TJRJ que estão efetivamente acontecendo, facilitando, inclusive, identificar quais são oriundos de projetos estratégicos.

Com a palavra, o **Senhor Marcelo Cunha**, representando o **Senhor Cláudio Torres**, Diretor-Geral da DGPCF, informa que o gestor do Projeto GRP determinou que todos os projetos estratégicos, já lançados no GRP, tramitem no referido sistema, em fase de teste, e que, até o momento, não tiveram problemas com essa rotina.

O **Desembargador Carlos Santos de Oliveira**, analisando criteriosamente o gráfico, questiona sobre os projetos que estão em fase de lançamento, a saber:

1. “Aprimoramento da gestão na Vara de Execuções Penais”;
2. “Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados”;
3. “Plano de Valorização da Primeira Infância”.

No que concerne ao primeiro projeto, por se tratar de assunto diretamente ligado ao **Dr. Rafael Estrela**, ausente justificadamente, afirma que será tratado na próxima reunião. (Deliberação 5)

Quanto ao segundo projeto estratégico, a **Senhora Michele Vieira** relata que já há um cronograma de trabalho com muitas ações prontas para serem iniciadas, mas ainda tem que ser submetido ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP). Em relação ao terceiro projeto, a Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas de Infância e Juventude e Idoso (CEVIJ) está desenvolvendo o seu cronograma e, logo, será inserido no sistema GRP.

Em continuidade, comenta sobre os projetos sobrestados:

1. “Aprimoramento da gestão do patrimônio” – fase 4, suspenso em razão de restrições orçamentárias;
2. “Unificação do teleatendimento dos serviços da DGLOG”, em que o processo SEI 2020-0617906 foi sobrestado. Relata que esta Diretoria está passando por mudanças estruturais e que, portanto, não é o melhor momento para dar continuidade ao projeto. Esclarece que após a sua mudança estrutural, esse Projeto, provavelmente, passará por análise quanto à sua manutenção ou o cancelamento.

E, finalizando, faz um breve comentário sobre os projetos concluídos: “Aprimorar a segurança nas instalações físicas do PJERJ com a implementação do Sistema de Controle de Acesso” e “Normatização do programa de Qualidade de Auditoria (PQA) do Núcleo de Auditoria Interna”.

2.1.2 – Propostas DECIG

O **Senhor Alexandre Carvalho**, Diretor do DECIG, apresenta aos presentes o Departamento de Conformidade, Integridade Institucional e Governança de Dados da Presidência que cuidará das questões de riscos institucionais, sempre baseados na Resolução CNJ nº 410/2021, que dispõe sobre normas gerais e diretrizes para a instituição de sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário.

Informa que o departamento está elaborando dois cronogramas para o desenvolvimento de projetos estratégicos na área de Integridade Institucional e de Governança de Dados. As propostas serão entregues ao DEGEP que se encarregará de apresentá-las a esta Comissão.

No que tange ao projeto de integridade institucional, estão minutando um código de conduta abarcando servidores, juízes e desembargadores, que será submetido ao Presidente do TJERJ. Diz que o engajamento das pessoas neste processo é essencial e que estão preparando uma pesquisa que permitirá conhecê-las melhor e quais suas necessidades. Afirma que este Projeto também englobará política de contratação e de gestão de riscos institucionais, isto é, serão criadas políticas específicas para tratar cada situação.

Notícia que a previsão inicial é de 60 a 90 dias para concluir este código de conduta e que estão trabalhando com calma e todos os cuidados para se alcançar um resultado sólido.

Afirma, ainda, que estão desenvolvendo o Processo Administrativo de Responsabilização, oriundo da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

A **Senhora Michele Vieira** explana que este trabalho complementar ao realizado pela Corregedoria que, no seu projeto estratégico de integridade, já possui um código de conduta que abrange, exclusivamente, a 1ª Instância.

O **Desembargador Carlos Santos de Oliveira** afirma que o Projeto de Integridade Institucional é muito abrangente e considera que, dentro do rol de propostas a serem enviadas à DGPES para apresentação, devem estar estipulados os prazos para sua implementação.

O **Senhor Alexandre Carvalho** esclarece que a aprovação do Projeto pelo Exmo. Presidente do Tribunal tem apenas duas semanas, então existem algumas questões a serem definidas e, por conta disso, não foi entregue o projeto por completo com os prazos devidamente indicados. Assegura que na próxima reunião o projeto já será apresentado com propostas completas.

Em relação ao projeto de Governança de Dados, o **Diretor do DECIG** menciona que começaram a consolidar todos os dados dos contratos do Tribunal, para que haja uma transparência quanto ao custo de cada contrato e avaliar seus riscos, objetivando previsibilidade. Diz que, futuramente, avaliarão os riscos dos contratos ainda não firmados.

2.2 – Indicadores Estratégicos 2021-2026

2.2.1- Resultados

A **Diretora do DEGEP** esclarece que houve alteração nos indicadores estratégicos, com a Resolução TJ/OE nº 12/2021, que determina que os referidos indicadores devem ser medidos a partir de Julho/2021, e a maioria das unidades responsáveis enviaram seus

índices baseados nas determinações da Resolução passada, ou seja, não foram atualizados corretamente.

Sugere que a Comissão delibere para que as unidades revejam seus indicadores, com base na Resolução TJ/OE nº 12/2021, importantíssimo para um monitoramento eficaz.

Ressalta que neste ano, eles deverão responder ao Questionário de Monitoramento de Estratégia do CNJ que aborda as metas e a estratégias do TJ e é imprescindível que todos os indicadores estejam atualizados para tal fim.

Após um pequeno debate sobre o tema, a Comissão concorda com os fundamentos apresentados pela Diretora do DEGEP e delibera que todas as unidades responsáveis atualizem seus indicadores e encaminhem ao DEGEP, com a máxima urgência.
(Deliberação 06 e 07)

2.3 – TJERJ EM NÚMEROS

Faz-se uma rápida análise geral dos números, referentes ao mês de dezembro de 2021, com a interpretação dos gráficos apresentados.

3- Prêmio CNJ de Qualidade 2022

A **Senhora Michele Vieira** discorre que no ano de 2020 o TJERJ não ganhou prêmio e ficou em penúltimo lugar na classificação geral.

Com a palavra, a **Senhora Alessandra Anátocles** esclarece que essa colocação não significa que o Tribunal não foi bem, pelo contrário, apresentou uma excelente produtividade. Com a pandemia, a antiga gestão optou por investir em tecnologia e focar nas melhorias necessárias para que todo o TJ funcionasse online; não priorizando a transmissão das informações necessárias para o CNJ.

Dando continuidade, a **Senhora Michele Vieira** informa que, no ano de 2021, o TJERJ foi premiado com o Selo Prata e subiu 10 lugares na colocação geral do CNJ.

Informa que, recentemente, ganharam 30 pontos em decorrência de um recurso interposto julgado procedente. Reconta que o CNJ informou que o TJERJ não realizou todas as inspeções do sistema carcerário, o que não condizia com a realidade. Contudo, constatou-se que na base de dados do CNJ havia mais instituições carcerárias cadastradas do que o número realmente existente. Com isso, houve inconsistência nas informações o que influenciou diretamente na pontuação do quesito.

Assim, observou-se a necessidade de verificar a base de informações do CNJ, pois as inconsistências em seus bancos de dados e a forma em que coletam os dados, reflete diretamente na avaliação do TJERJ.

Em sequência, apresenta os próximos passos que serão realizados pelo Tribunal:

- 1- Publicação da Portaria do ranking da transparência, sendo este, o 3º maior índice de pontuação no Selo;
- 2- Preenchimento do questionário do Ranking. Explica que todas as respostas devem estar no Portal da transparência do Tribunal. As unidades atualizam os links no referido portal e o CNJ os analisa e verifica sua acessibilidade, se estão atualizados, com informações corretas etc.
- 3- Publicação da Portaria do prêmio CNJ de Qualidade 2022
- 4- Acompanhamento dos requisitos visando ao prêmio Diamante.

Nada mais a tratar, o **Presidente da COGEP** solicita que as reuniões da Comissão sejam realizadas bimestralmente, sendo a próxima no mês de maio, e encerra a reunião às 16h20min.
(Deliberação 08)

Desembargador Carlos Santos de Oliveira
Presidente da COGEP

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Encaminhar, por e-mail, a presente ata a todos os órgãos que tem representantes compondo este Colegiado, visando o despertar em todos sobre a importância da participação nestas reuniões.	DICOL	Aprovada a ata, imediato
02	Consultar a Corregedoria para verificar a possibilidade de utilização dos resultados obtidos na pesquisa de Clima Organizacional, para o cumprimento da deliberação nº 03/2019. Consultar também o Senhor Gabriel Albuquerque Pinto , Diretor-Geral da DGPES.	Senhora Michele Vieira (DEGEP)	-
03	Elaborar relatório indicando o percentual de processos físicos digitalizados por Comarca e competências e enviar à Senhora Alessandra Anátocles, para análise da Comissão	Senhora Virna Amorim (DGTEC)	-
04	Apresentar relatórios completos e atualizados, com amostragem de como está o cenário sobre os projetos estratégicos prioritários nº 01, nº 13 e nº 23 para uma melhor análise do Colegiado	Senhora Michele Vieira (DEGEP)	Próxima reunião
05	Analisar o desenvolvimento do Projeto Estratégico “Aprimoramento da Gestão na Vara de Execuções Penais”; com o Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Rafael Estrela	COGEP	Próxima reunião
06	Enviar solicitação a todas unidades para que revejam seus indicadores, com base na Resolução TJ/OE nº 12/2021, e encaminhem, com urgência ao DEGEP.	DEGEP	-
07	Enviar ao DEGEP, com urgência, seus indicadores estratégicos atualizados, com base na Resolução TJ/OE nº 12/2021.	Todas as unidades Responsáveis pelos indicadores estratégicos	Próxima reunião
08	Enviar convite para a próxima reunião, agora bimestrais.	DICOL	Assim que a data for definida

Deliberações Encerradas		Ata de Origem	Razão
1	Consultar a empresa Pólis, desenvolvedora do GRP, quanto à possibilidade de alteração da metodologia no sistema, permitindo o cômputo parcial, visando averiguar a viabilidade de se atender à solicitação feita pelo DEENG.	Ata nº 02/2021	Perda de Objeto

CERTIDÃO
Certifico que a presente Ata
foi assinada/aprovada
eletronicamente em
//2022.

Carlos Tubenclak
Chefe de Serviço do SEATE